

CONCURSO PÚBLICO

CÓDIGO SPM	PROVA V	ATENÇÃO VERIFIQUE SE CÓDIGO E PROVA DESTE CADERNO DE QUESTÕES CONFEREM COM O SEU CARTÃO DE RESPOSTAS
TARDE		



**POLÍCIA MILITAR
DO ESTADO DE GOIÁS**

SOLDADO PM

FRASE PARA EXAME GRAFOLÓGICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

“Tudo é possível quando se quer. Sem luta não há glória.”

Autor desconhecido

A T E N Ç Ã O

1. O **Caderno de Questões** contém questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E) e discursiva.
2. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** e **Folha de Resposta da Discursiva** seu nome, número de inscrição, data de nascimento, cargo, prova e opção de língua estrangeira. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
3. As provas objetiva e discursiva terão juntas duração de 4:15 horas, incluído neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas** e **Folha de Resposta da Discursiva**.
4. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
5. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
 - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
 - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
 - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
6. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
7. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 1 hora contada do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
8. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** caso permaneça na sala até 1 hora antes do término da prova.
9. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**, no **Cartão de Respostas** e na **Folha de Resposta da Discursiva**. Qualquer outro tipo de anotação será motivo de eliminação automática do candidato.
10. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
11. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Resposta da Discursiva**.
12. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Resposta da Discursiva**. Não esqueça seus pertences.
13. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site www.funcab.org, conforme estabelecido no Cronograma.

BOA PROVA

CADERNO DE QUESTÕES

Realização:



FUNCA
Fundação Professor Carlos Augusto Bitencourt

CONHECIMENTOS GERAIS

- Língua Portuguesa

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

TEXTO 1

Os 300 de Beltrame

Eles têm a energia típica dos iniciantes, boa formação escolar e vontade de mudar tudo isso que está aí. Muitos falam outros idiomas, moram na Zona Sul da cidade e já tiveram, em maior ou menor grau, experiência internacional. George Eisenstein, 25 anos e nome de cineasta russo, estudou comércio exterior no Canadá. Carla Batista, 27 anos, formou-se em turismo, fala inglês e um pouco de alemão. Bruno Drummond Andrade, 24 anos, cursa o 8º período de pedagogia na Uerj, é fluente em espanhol e se orgulha de ser parente distante do poeta Carlos Drummond de Andrade. Com tais credenciais, essa turma poderia arriscar uma gama variada de carreiras profissionais. Para surpresa de parentes e amigos, no entanto, o trio contrariou todas as expectativas e escolheu ser... policial militar. Isso mesmo. Desde junho, George, Carla, Bruno e outros 300 recrutas estão enfileirados em Sulacap, longínquo subúrbio do Rio, onde enfrentam um treinamento rigoroso para sair dali soldados da PM. O novo pelotão, com formatura marcada para o dia 16 de dezembro, carrega uma enorme responsabilidade: eles são a grande aposta do secretário estadual de Segurança Pública do Rio, José Mariano Beltrame, para promover uma metamorfose vital na atuação e na imagem da corporação fluminense. Em alguns círculos, já são chamados de “os 300 de Beltrame”, uma referência ao filme *300*, cujo enredo conta a luta dos guerreiros de Esparta contra o poderoso exército do rei persa Xerxes (interpretado na obra pelo ator carioca Rodrigo Santoro).

A preparação desses recrutas não se compara à de um cidadão de Esparta, mas é espinhosa o suficiente para os padrões atuais. De segunda a sexta, eles se submetem a nove horas diárias de aulas. (...)

Em teoria, os novos soldados terão passado pelo mais exaustivo e completo treinamento na história da PM. Mas como mudar toda a cultura da corporação, fazendo com que estes sejam o modelo para o restante da tropa, e não o contrário? (...)

Missão das mais difíceis, a mudança de mentalidade de uma corporação policial não só é possível como já foi realizada antes. Na década de 90, Nova York deixou de ser uma das cidades mais violentas do mundo para ostentar índices invejáveis de criminalidade, graças aos esforços do prefeito Rudolph Giuliani, que implantou o programa Tolerância Zero. (...)

Toda grande mudança tem um começo. Mesmo quando ninguém acredita, quando a situação parece fora de controle, um grupo de pessoas resolutas pode fazer diferença. Na turma de novos recrutas, vontade e determinação parecem não faltar. “Busquei o desafio”, conta Fernando Henrique Peixoto Alves, 25 anos, morador de Botafogo, ao explicar sua opção. Formado em educação física, ele foi professor em colégios da Zona Sul, como o Sion e o Imaculada Conceição, e poderia ter seguido normalmente sua carreira, mas quis alterar o destino dramaticamente. O mesmo sentido de missão permeia boa parte dos formandos. “Não posso só ficar esperando a Segurança Pública fazer algo por mim. Eu vou fazer a minha parte”, diz George Eisenstein, um dos alunos do início desta reportagem. “Estou realizando meu grande sonho”, vibra Carla Batista, solteira, porque o namorado não aceitava sua escolha. Obcecados em fazer história, “os 300 de Beltrame”

começaram a sacrificar a vida pessoal em busca de um ideal. Mas daqui por diante tudo ficará mais difícil e as cobranças vão aumentar. Afinal, esses novatos carregarão um fardo e tanto: ser o embrião de uma Polícia Militar honrada, que inspire e orgulhe o cidadão carioca. Vão conseguir? Quantos ficarão pelo caminho? O Rio, de dedos cruzados, torce por eles.

Sofia Cerqueira, in Veja Rio, 25 /11/ 2009

1. De acordo com as ideias veiculadas no texto, apenas uma das afirmações abaixo NÃO procede. Aponte-a.

- A) O processo de treinamento dos novos recrutas da PM é bastante rigoroso e pretende conferir a esses jovens embasamento para que sejam capazes de mudar a situação no Rio de Janeiro.
- B) Na conclusão do texto, percebe-se que, embora demonstre torcer pelos novos recrutas, o jornalista não está certo do sucesso da empreitada.
- C) Os novos recrutas apresentam condições de promover mudanças na corporação, porque trazem consigo experiência internacional.
- D) O programa de Tolerância Zero, implantado pelo prefeito de Nova York, confirma a possibilidade de que o projeto do Rio alcance sucesso.
- E) Pela leitura do texto, percebe-se que os jovens destacados na reportagem demonstram, além de boa instrução, grande dose de idealismo.

2. As frases abaixo encontram-se entre aspas porque reproduzem a fala dos recrutas. Caso a repórter optasse pelo discurso indireto, deveria utilizar, na nova redação, pronomes na:

“Não posso só ficar esperando a Segurança Pública fazer algo por mim. Eu vou fazer a minha parte”, diz George Eisenstein”, um dos alunos do início desta reportagem. “Estou realizando meu grande sonho”, vibra Carla Batista...”

- A) 1ª pessoa do plural.
- B) 3ª pessoa do plural.
- C) 1ª pessoa do singular.
- D) 2ª pessoa do singular.
- E) 3ª pessoa do singular.

3. De acordo com a analogia feita na conclusão do primeiro parágrafo, o poderoso exército do rei Xerxes, corresponde, no texto:

- A) à criminalidade no Rio de Janeiro.
- B) aos 300 de Beltrame.
- C) ao Secretário de Segurança Pública.
- D) aos cidadãos de Esparta.
- E) à sociedade fluminense.

4. Uma das frases abaixo foi utilizada em sentido conotativo. Indique-a.

- A) "Afinal, esses novatos carregarão um fardo e tanto: ser o embrião de uma Polícia Militar honrada, que inspire e orgulhe o cidadão carioca."
- B) "Muitos falam outros idiomas, moram na Zona Sul da cidade e já tiveram, em maior ou menor grau, experiência internacional."
- C) "Bruno Drummond Andrade, 24 anos, cursa o 8º período de pedagogia na Uerj, é fluente em espanhol e se orgulha de ser parente distante do poeta Carlos Drummond de Andrade."
- D) "Para surpresa de parentes e amigos, no entanto, o trio contrariou todas as expectativas e escolheu ser... policial militar."
- E) "Em teoria, os novos soldados terão passado pelo mais exaustivo e completo treinamento na história da PM."

5. No primeiro parágrafo do texto, a intenção do autor, ao fazer uso das reticências, é acentuar:

- A) o pioneirismo do projeto de José Mariano Beltrame.
- B) a supressão de uma ideia indevida.
- C) a ambição dos jovens soldados da PM.
- D) a surpresa causada pela escolha dos jovens soldados.
- E) a incoerência no discurso dos parentes dos jovens soldados.

6. Assinale a opção que poderia substituir o elemento de coesão, grifado abaixo, sem alterar o sentido da frase.

"Para surpresa de parentes e amigos, no entanto, o trio contrariou todas as expectativas..."

- A) portanto.
- B) pois.
- C) contudo.
- D) logo.
- E) por conseguinte.

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

TEXTO 2

CINEMA – O Filme 300, **que** conta com a participação do ator Rodrigo Santoro, é um grande sucesso de bilheteria e está há seis semanas nos rankings dos filmes mais vistos no Brasil e no exterior. O filme conta a história de uma batalha entre Persas e Espartanos, **onde** os Espartanos lutam apenas com 300 soldados e os Persas com um número bem superior.

Para você **que** gosta de um bom filme não deixe de assistir 300.

(Correio de Icarai, abril de 2007)

7. Para construir o texto 2, o jornalista utilizou três **pronomes relativos**. Em uma das ocorrências, o pronome foi indevidamente utilizado. Para corrigir o texto, de acordo com a norma culta da língua, deve-se substituí-lo por:

- A) em cujo.
- B) quanto.
- C) que.
- D) em que.
- E) o qual.

8. No período que encerra o texto 2, predomina uma função da linguagem. Aponte-a.

- A) emotiva.
- B) apelativa.
- C) referencial.
- D) metalinguística.
- E) poética.

9. A charge abaixo, publicada em 3 de março de 2006, no jornal Diário do Povo, Campinas, critica:



- A) o estado de penúria em que se encontra a população mais pobre.
- B) o aumento dos casos de assalto a veículos.
- C) a incompetência da polícia que não consegue coibir os assaltos.
- D) o aumento do valor dos combustíveis.
- E) a rivalidade entre gangues.

10. A interjeição "Vixe!!", no contexto, denota:

- A) aceitação.
- B) surpresa.
- C) animação.
- D) irritação.
- E) repreensão.

- Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Estado de Goiás

11. O setor industrial de Goiás sempre esteve vinculado à agropecuária. A partir de 1997 este quadro começou a ser modificado com a chegada da Mitsubishi que instalou uma unidade produtiva em Catalão, no sudeste do estado. A chegada dessa montadora de automóveis passou a representar para o estado:

- A) abandono da agropecuária como atividade econômica.
- B) liderança na região na produção de bens de alta tecnologia.
- C) possibilidade de investir no potencial industrial goiano.
- D) chance de usar a mão de obra disponível e qualificada.
- E) inclusão do território goiano na economia mundializada.

12. O solo do território goiano sempre foi considerado inadequado à agricultura porque possuía uma elevada concentração de alumínio, elemento tóxico para muitas espécies agrícolas. O processo adotado para a sua recuperação foi a:

- A) utilização de sistema agrícola semelhante ao praticado no sul do país.
- B) adoção de rodízio de cultivo da soja com a cana-de-açúcar e o café.
- C) prática da técnica da calagem que reduz a acidez do solo do cerrado.
- D) substituição das florestas que ocupavam a área pelo plantio da soja.
- E) implantação de sistemas de irrigação permanente do solo inadequado.

13. A formação territorial de Goiás faz parte de um processo de expansão iniciado por aqueles que invadiram os domínios espanhóis delimitados pelo Tratado de Tordesilhas, caminhando por rios e atravessando florestas superando obstáculos. A iniciativa paulista tinha como objetivo:

- A) expandir seus domínios agrícolas.
- B) cativar índios e buscar ouro.
- C) fugir da dominação portuguesa.
- D) expandir as fronteiras da colônia.
- E) explorar o extrativismo vegetal.

14. Um policial militar que estiver de serviço nas ruas da capital ao ser abordado por um turista interessado em conhecer cidades goianas que possam mostrar os aspectos históricos e culturais de Goiás, deverá orientá-lo para conhecer as cidades de:

- A) Anápolis e Itumbiara.
- B) Caldas Novas e Luziânia.
- C) Catalão e Aragarças.
- D) Pirenópolis e Goiás Velho.
- E) Goianésia e Cavalcante.

15. A formação do estado de Goiás está associada a duas atividades econômicas que atraíram portugueses e brasileiros de vários pontos para o interior. Por volta do final do século XVIII, essas atividades, destacadas em uma das opções abaixo, eram a base da economia da antiga Vila Boa, mais tarde Goiás. Estamos fazendo referência:

- A) mineração e pecuária.
- B) drogas do sertão e pau-brasil.
- C) café e borracha.
- D) cana-de-açúcar e cacau.
- E) algodão e pimenta do reino.

16. Em 1988, Goiás foi dividido e sua porção norte passou a constituir o estado do Tocantins. A divisão atendeu a um antigo desejo das autoridades do norte goiano que argumentavam o desejo de separação. Isso está assinalado corretamente em:

- A) tendências separatistas da população daquela área.
- B) superar os problemas relacionados à luta pela terra.
- C) recuperar o atraso econômico em relação à parte sul.
- D) criar polos produtores de matérias-primas da região.
- E) atrair capital estrangeiro para exploração do subsolo.

17. Conciliar a expansão da agroindústria e da pecuária com a preservação do cerrado, uma das regiões mais ricas do mundo em biodiversidade, é um dos principais desafios de Goiás. O estado convive com graves danos ambientais provocados pela ocupação predatória do território como:

- A) matas ciliares são destruídas e as reservas permanentes, desmatadas, cedendo lugar às plantações de pinus e eucaliptos.
- B) próximo das nascentes dos rios goianos há focos de erosão provocados pelo desmatamento para a implantação de pastagens.
- C) queimadas destroem os horizontes do solo e boa parte da área agrícola disponível já dá sinais de desertificação.
- D) desenvolvimento de cultivos nas encostas tem acelerado o processo de deslizamentos quando chegam as chuvas de verão.
- E) rios assoreados comprometem o abastecimento de água e a situação se agrava nos períodos de estiagem prolongada.

18. A ocupação do território goiano foi intensificada a partir dos anos 1940 e, em períodos mais recentes, migrantes de vários pontos do país têm procurado o estado. Essa leva de pessoas que chega a Goiás tem se concentrado em pontos como:

- A) cidades do entorno do Distrito Federal e Goiânia.
- B) proximidades de Anápolis e o futuro distrito industrial.
- C) chapadas onde possa ser desenvolvido o ecoturismo.
- D) cidades-satélites criadas pelas autoridades estaduais.
- E) reservas extrativistas que empregam muita mão de obra.

19. Em 2008, o estado de Goiás apresentava uma população urbana de 89,8%. Se o estado foi ocupado por meio da expansão da fronteira agrícola, que opção abaixo apresenta corretamente uma justificativa para um índice tão elevado de urbanização:

- A) Projeção social garantida aos moradores dos centros urbanos.
- B) Preço da terra desestimula o investimento na agropecuária.
- C) Obras do governo federal criaram empregos em várias áreas.
- D) Agricultura mecanizada que gera poucos postos de trabalho.
- E) Acesso à moradia garantido pelas prefeituras aos migrantes.

20. Atualmente, a soja representa 27% das exportações e os resíduos da extração de óleo de soja compõem 12%. Dentre os vários fatores econômicos que promoveram a rápida expansão da cultura deste produto no estado, o que mais se destaca é:

- A) presença do governo estadual e de várias prefeituras que se associaram aos produtores de soja.
- B) baixo valor das terras em Goiás, comparativamente menor que os das regiões Sul e Sudeste.
- C) salários pagos em valores menores aos trabalhadores que fossem contratados pelos agricultores.
- D) isenções fiscais e montagem da infraestrutura necessária, além de garantir o escoamento da produção.
- E) reforma agrária que concedeu vários lotes de terras aos interessados em se tornar produtor da leguminosa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- Noções de Direito Penal

21. O Artigo 5º, Inciso XL da Constituição da República prevê que “a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu”. Tal dispositivo constitucional refere-se ao princípio da:

- A) individualização da pena.
- B) legalidade estrita.
- C) retroatividade benéfica da lei penal.
- D) irretroatividade total da lei penal.
- E) aplicação imediata da lei processual penal.

22. Em relação aos princípios constitucionais do Direito Penal, pode-se afirmar que:

- A) os princípios da ampla defesa e do contraditório devem ser obrigatoriamente observados nos inquéritos policiais.
- B) o princípio do Juiz Natural está previsto expressamente na Constituição e admite que os acusados sejam processados e julgados por Tribunais de exceção.
- C) o princípio da presunção de inocência não consta expressamente do Texto Constitucional, apenas sendo reconhecido pela doutrina.
- D) o princípio da responsabilidade pessoal do agente do crime ou da intranscendência da pena é garantido expressamente na Constituição, assegurando que nenhuma pena passará da pessoa do condenado.
- E) em excepcionais hipóteses, a Constituição Federal admite a prisão perpétua do acusado e a pena de banimento.

23. É causa excludente da culpabilidade do agente:

- A) a legítima defesa.
- B) a estrita obediência à ordem manifestamente ilegal de superior hierárquico.
- C) a embriaguez voluntária e preordenada.
- D) o estrito cumprimento de dever legal.
- E) a coação moral irresistível.

24. Com relação às regras previstas no Código Penal sobre o concurso de pessoas, é correto afirmar que:

- A) as circunstâncias e as condições de caráter pessoal não se comunicam, nem quando são elementares do crime.
- B) o desvio subjetivo de conduta de um dos agentes do crime não tem relevância penal.
- C) a participação no crime, salvo disposição em contrário, não é punível, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- D) a participação de menor importância no crime não afeta de nenhum modo a pena do agente.
- E) o concurso de pessoas não é previsto como causa de aumento de crimes da parte especial do Código Penal.

25. No que se refere aos crimes contra o patrimônio previstos no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- A) O concurso de agentes é causa de aumento de pena no crime de roubo.
- B) A lei penal não considera crime o furto de coisa comum.
- C) O furto cometido com abuso de confiança tem a mesma pena do furto simples.
- D) No crime de extorsão, a indevida vantagem pretendida pelo agente não é econômica.
- E) A lei penal prevê o crime de dano culposos.

26. A figura típica descrita no Código Penal como “Apropriar-se o funcionário Público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio” configura o crime de:

- A) concussão.
- B) excesso de exação.
- C) peculato.
- D) corrupção ativa.
- E) corrupção passiva.

- Noções de Direito Constitucional

27. De acordo com a Constituição Federal, são fundamentos da República Federativa do Brasil previstos no Artigo 1º do Texto Constitucional, EXCETO:

- A) a soberania e a cidadania.
- B) o pluralismo político e a dignidade da pessoa humana.
- C) a cidadania e a dignidade da pessoa humana.
- D) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- E) concessão de asilo político e a independência nacional.

28. Com base nos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República, assinale a alternativa correta.

- A) É livre a manifestação de pensamento, sendo admitido, em regra, o anonimato.
- B) A possibilidade de reparação por danos morais não está prevista expressamente no texto Constitucional.
- C) A casa é asilo inviolável, podendo nela penetrar através de decisão judicial, durante o dia ou durante a noite.
- D) A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- E) O mandado de Segurança é cabível na hipótese de violação dos direitos fundamentais, ainda que tutelável por *habeas corpus* ou *habeas data*.

29. Em relação às regras constitucionais que disciplinam o Poder Legislativo, é correto afirmar que:

- A) a Câmara dos Deputados é composta por representantes dos Estados, eleitos pelo sistema proporcional.
- B) cada Estado e Distrito Federal elegerão cinco Senadores, com mandato de oito anos.
- C) é da competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar o Presidente e o Vice-Presidente a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias.
- D) compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- E) as Comissões Parlamentares de Inquérito não terão poderes de investigação próprios de autoridade judicial.

30. Sobre o Processo Legislativo, assinale a alternativa que está de acordo com o texto Constitucional.

- A) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir a forma federativa de Estado.
- B) É admissível a deliberação de proposta de emenda constitucional que vise a extinguir o voto secreto e periódico.
- C) O Presidente da República não tem legitimação para enviar proposta de emenda constitucional ao Congresso Nacional.
- D) A Constituição só não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, podendo entretanto, ser emendada durante o estado de defesa ou estado de sítio.
- E) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

31. Em hipóteses excepcionalmente previstas na Constituição da República, poderão ser decretados no País o estado de sítio e o estado de defesa. A respeito de tais institutos, marque a alternativa correta.

- A) O decreto que instituir o estado de defesa não poderá restringir os direitos de sigilo de correspondência.
- B) O estado de defesa poderá ser decretado por tempo indeterminado e poderá abranger áreas indeterminadas.
- C) No caso de ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa, poderá ser decretado o estado de sítio.
- D) Na vigência do estado de defesa, é permitida a incomunicabilidade do preso.
- E) A declaração do estado de guerra não autoriza a decretação do estado de sítio.

32. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- A) as polícias militares e corpos de bombeiros militares subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, dos Distritos Federais e dos Territórios.
- B) às polícias militares, dirigidas por delegados de carreira, incumbem as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais.
- C) às polícias civis cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.
- D) à polícia rodoviária federal destina-se, com exclusividade, a exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteira.
- E) cabe aos Estados e ao Distrito Federal instituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.

- Noções de Direito Processual Penal

33. São princípios que regem o processo penal brasileiro, EXCETO:

- A) Ampla defesa.
- B) Duração razoável do processo.
- C) Juiz natural.
- D) Oralidade.
- E) Sigilo.

34. A respeito dos sistemas processuais existentes no Processo Penal, pode-se afirmar que:

- A) o sistema inquisitivo rege o processo penal brasileiro, com a concentração das funções acusatória, de defesa e julgadora na mesma pessoa, o Juiz acusador.
- B) o sistema acusatório caracteriza-se pela divisão das funções acusatória, de defesa e julgadora em diferentes personagens, sendo o Juiz imparcial.
- C) o inquérito policial, apesar de não ser um processo, obedece às regras e aos princípios do sistema acusatório, com a garantia da ampla defesa e do contraditório.
- D) o sistema processual inquisitivo tem como característica marcante a oralidade e a publicidade.
- E) o sistema acusatório caracteriza-se por ser eminentemente escrito e secreto.

35. Com relação às regras que disciplinam o Inquérito Policial no Código de Processo Penal, marque a alternativa correta.

- A) Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, o inquérito policial será iniciado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária.
- B) Do despacho da autoridade policial que indeferir o requerimento de abertura de inquérito policial, não caberá recurso.
- C) O inquérito policial deverá terminar no prazo de dez dias se o indiciado estiver preso em flagrante ou preventivamente.
- D) O inquérito policial é indispensável para a deflagração da ação penal.
- E) A autoridade policial, convencendo-se da atipicidade da conduta, poderá determinar o arquivamento do inquérito.

36. São espécies de prisão provisória a prisão em flagrante e a prisão preventiva. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- A) não se considera em flagrante delito quem é encontrado, logo depois do crime, com instrumentos, armas e objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.
- B) nas infrações permanentes, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.
- C) é admitida a prisão preventiva nos crimes culposos punidos com reclusão.
- D) a decisão que decretar a prisão preventiva não precisa de fundamentação.
- E) uma vez decretada a prisão preventiva, esta não mais poderá ser revogada, somente podendo cessar com a prolação da sentença.

37. O instituto da prisão temporária é regulado pela Lei nº 7.960/1989. A seu respeito, assinale a alternativa que está de acordo com a referida legislação especial.

- A) O crime de quadrilha ou bando não admite a decretação de prisão temporária.
- B) A prisão temporária poderá ser decretada pela Autoridade Policial, se presentes os indícios da prática de infração penal.
- C) Nos crimes hediondos ou equiparados, diferentemente dos demais crimes, a prisão temporária terá a duração de quinze dias, sendo prorrogável por igual período.
- D) Os crimes contra o sistema financeiro admitem a decretação de prisão temporária, se presentes os seus requisitos.
- E) Em regra, a prisão temporária terá o prazo de dez dias, prorrogável por igual período.

38. Marque a alternativa que está de acordo com as regras do Código de Processo Penal sobre a ação penal.

- A) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública.
- B) A representação só poderá ser retratada até a prolação da sentença condenatória.
- C) O Ministério Público poderá desistir da ação penal pública condicionada à representação.
- D) Nas ações penais privadas, a renúncia ao direito de queixa em relação a um dos autores do crime não se estenderá aos demais.
- E) Na ação penal pública, o prazo para oferecimento da denúncia, se o réu estiver preso, será de quarenta dias, contados do dia em que o Ministério Público receber o inquérito policial.

- Noções de Direito Administrativo

39. Em relação aos Princípios do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.

- A) O princípio da legalidade a que está submetida a Administração Pública, significa que os agentes públicos podem fazer tudo aquilo que a lei não proíbe.
- B) O princípio da impessoalidade, apesar de não estar previsto expressamente na Constituição Federal, rege de forma relativa a atividade administrativa estatal.
- C) Decorre do princípio da autotutela o poder da Administração de anular, de ofício, os seus atos ilegais.
- D) Os princípios da conveniência e oportunidade regem todos os atos administrativos.
- E) O administrador público, na edição de seus atos, não está submetido ao princípio da razoabilidade.

40. No que se refere à regulamentação normativa acerca da Administração Direta e Indireta, assinale a alternativa correta.

- A) A Administração Direta caracteriza-se pela descentralização, fenômeno através do qual os seus órgãos adquirem personalidade jurídica autônoma.
- B) As empresas públicas e as sociedades de economia mista integram a Administração Indireta.
- C) Os órgãos que compõem a Administração Indireta, uma vez criados, desvinculam-se totalmente do Ente Público que as criou.
- D) As sociedades de economia mista podem ser criadas por ato do Poder local, independentemente de previsão legal autorizadora.
- E) As autarquias integram a Administração Direta e não precisam ser criadas por lei.

41. São características inerentes aos atos administrativos, EXCETO:

- A) autoexecutoriedade.
- B) presunção de legitimidade.
- C) imperatividade.
- D) coercitividade.
- E) relatividade.

42. Os servidores públicos civis ou militares integram a classe dos agentes públicos que representa o conjunto de pessoas que, a qualquer título, exercem uma função pública como preposto do Estado. Com relação às espécies de provimentos dos agentes públicos, assinale a alternativa correta.

- A) Através do provimento derivado, o servidor inicia nova relação estatutária com a Administração Pública.
- B) O provimento derivado materializa-se através do ato de nomeação.
- C) A readaptação é a forma de provimento originário de transferência do servidor de seu cargo efetivo para outro de igual denominação, situado em quadro funcional diverso.
- D) Promoção é forma de provimento originário pela qual o servidor deixa o seu cargo e ingressa em outro de classe mais elevada.
- E) A posse é o ato da investidura pelo qual são atribuídos ao servidor as prerrogativas, os direitos e os deveres do cargo.

43. Em relação aos Poderes Administrativos, pode-se afirmar que:

- A) no exercício do poder regulamentar, a Administração Pública edita atos gerais que equivalem à lei em sentido estrito.
- B) o poder hierárquico não confere ao agente em plano superior o poder de fiscalização das atividades exercidas por agentes a ele subordinados.
- C) o poder de polícia é uma prerrogativa pública que autoriza a Administração, com base na lei, a restringir direitos individuais em favor do interesse da coletividade.
- D) o poder discricionário autoriza que sejam editados atos administrativos contrários à lei.
- E) no exercício do poder disciplinar, podem ser aplicadas sanções aos agentes públicos infratores não previstas em lei.

44. Os atos administrativos podem ser vinculados ou discricionários. No entanto, mesmo nos atos administrativos discricionários, há três elementos que obrigatoriamente serão vinculados, devendo obediência à estrita previsão legal. São eles:

- A) motivo, objeto e competência.
- B) forma, objeto e finalidade.
- C) finalidade, competência e motivo.
- D) competência, forma e finalidade.
- E) objeto, competência e forma.

45. O Artigo 37, Parágrafo 6º da Constituição da República, que estabelece que o Estado responderá pelos atos que seus agentes cometerem no exercício ou em razão da função, consagra a seguinte espécie de responsabilidade civil do Estado:

- A) subjetiva pelo fato do serviço.
- B) integral.
- C) objetiva.
- D) ampla irresponsabilidade.
- E) subjetiva com culpa.

- Noções de Direito Penal Militar

46. Sobre a aplicação da lei penal militar, nos moldes do Decreto-Lei nº 1.001/1969, é correto afirmar que:

- A) a lei posterior, que de qualquer forma favorecer o agente, não retroagirá se já tiver sobrevivido sentença condenatória irrecorrível.
- B) considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o do resultado.
- C) a lei excepcional ou temporária, quando decorrido o tempo de sua duração, não se aplica ao fato praticado durante a sua vigência.
- D) somente se considera local do crime aquele onde se produziu o resultado, sendo irrelevante o local da ação ou omissão.
- E) a pena cumprida no estrangeiro não atenua nem é computada da pena imposta no Brasil pelo mesmo crime.

47. NÃO se considera crime militar, em tempo de paz, o crime praticado:

- A) por militar em situação de atividade ou assemelhado, contra militar na mesma situação ou assemelhado.
- B) por militar em situação de atividade ou assemelhado, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva.
- C) por militar em serviço ou atuando em razão da função contra civil.
- D) por militar em situação de atividade contra o patrimônio sob a administração ou a ordem administrativa militar.
- E) por militar em território nacional ou estrangeiro, militarmente ocupado.

48. De acordo com as regras previstas no Código Penal Militar, pode-se afirmar que:

- A) o militar da reserva ou reformado não se equipara ao militar em situação de atividade para o efeito de aplicação da lei penal militar.
- B) o defeito do ato de incorporação não exclui a aplicação da lei penal militar, salvo se alegado ou conhecido antes da prática do crime.
- C) no cômputo dos prazos da lei penal militar, não se inclui o dia de começo.
- D) para os crimes praticados em tempo de guerra, aplicam-se as penas cominadas para o tempo de paz, sem a incidência de causa de aumento de pena.
- E) os crimes contra a segurança externa do país ou contra as instituições militares, definidos no Código Penal Militar, não excluem os da mesma natureza definidos em outras leis.

49. A respeito das disposições legais sobre o crime no Código Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- A) Diz-se o crime tentado quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- B) Há desistência voluntária quando o agente, por circunstâncias alheias a sua vontade, deixa de prosseguir na execução do crime.
- C) Para a aplicação do instituto do arrependimento eficaz, é irrelevante se o resultado do crime foi efetivamente evitado pelo agente ou não.
- D) Há crime impossível quando, pela ineficácia relativa do meio empregado, não se consuma o crime pretendido pelo agente.
- E) Em regra, todos os crimes admitem a modalidade culposa, devendo constar expressamente da lei a vedação ao tipo culposo.

50. No que se refere às causas excludentes da ilicitude e da culpabilidade do crime previstas no Código Penal Militar, marque a opção certa.

- A) Na coação moral irresistível, o autor da coação não responde pelo crime.
- B) O estado de necessidade, nos crimes militares, não exclui a ilicitude nem a culpabilidade do agente.
- C) Há crime militar ainda que o agente o pratique em estrito cumprimento do dever legal.
- D) Nos crimes em que há violação do dever militar, o agente não pode invocar coação irresistível, senão quando física ou material.
- E) Não há a previsão de legítima defesa como causa excludente de ilicitude do crime.

51. Em relação à previsão legal sobre o concurso de agentes no Código Penal Militar, a pena NÃO é agravada em relação ao agente:

- A) que instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito a sua autoridade.
- B) que executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa.
- C) cujo participação é de menor importância.
- D) que coage outrem à execução material do crime.
- E) que promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes.

52. O Código Penal Militar trata da extinção da punibilidade do agente, dispondo sobre as suas causas e hipóteses. Sobre o tema, assinale a alternativa que está de acordo com a previsão legal.

- A) A morte do agente não é causa extintiva da punibilidade.
- B) No peculato culposo, o ressarcimento do dano é causa extintiva da punibilidade.
- C) A prescrição é causa extintiva da punibilidade, mas não pode ser declarada de ofício pelo julgador.
- D) São reduzidos pela metade os prazos prescricionais quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de vinte e cinco anos ou maior de sessenta anos.
- E) O curso da prescrição penal suspende-se pela sentença condenatória recorrível.

- Legislação Extravagante

53. Com relação às regras previstas na Lei nº 10.826/2003, conhecida como Lei de Armas, é correto afirmar que:

- A) o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido deixou de ser considerado crime, tratando-se de infração administrativa.
- B) a posse irregular de arma de fogo é crime inafiançável.
- C) a supressão de sinal de identificação da arma de fogo é infração administrativa punida com multa.
- D) o disparo de arma de fogo deixou de ser considerado crime, tratando-se de contravenção penal.
- E) há causa de aumento de pena para os crimes de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito praticados por policiais civis ou militares.

54. A Lei nº 8.072/1990, considerada a lei dos crimes hediondos, sofreu alteração legislativa pela Lei nº 11.464/2007. Sobre a disciplina dos crimes hediondos, pode-se afirmar que:

- A) poderá ser concedida fiança nos crimes hediondos, se o julgador vislumbrar os requisitos do instituto no caso concreto.
- B) apesar da alteração legislativa, a progressão de regime ainda é vedada nos crimes hediondos.
- C) o homicídio simples não é considerado crime hediondo.
- D) a tentativa dos crimes previstos na referida lei não será considerada crime hediondo, somente o sendo o crime consumado.
- E) o crime de epidemia com resultado morte deixou de ser considerado hediondo.

55. A respeito da disciplina da Lei nº 9.455/97, que define os crimes de tortura, assinale a alternativa correta.

- A) Os crimes previstos na referida lei são suscetíveis de fiança, graça, anistia e liberdade provisória.
- B) Há previsão na lei de causa de aumento de pena para os crimes de tortura praticados por agentes públicos.
- C) Se da prática da tortura resultar a morte, o agente responderá somente pelo homicídio simples.
- D) Não há previsão na referida lei da modalidade omissiva do crime de tortura, de forma que o agente público que se omite responderá pela omissão de socorro do Código Penal.
- E) O efeito de perda do cargo, função ou emprego público do agente público condenado pelo crime de tortura não é automático, dependendo de decisão fundamentada do julgador.

56. De acordo com a normativa do Decreto-Lei nº 3.688/1941, que regula as contravenções penais, é correto afirmar que:

- A) não é punível a tentativa de contravenção penal.
- B) é vedada a aplicação das regras dos Juizados Especiais Criminais às contravenções penais.
- C) às contravenções penais somente se aplica a pena de multa, não sendo admitida a pena de prisão.
- D) a ação penal nas contravenções penais é privada, em regra.
- E) não há aplicação de medida de segurança para as contravenções penais.

57. Com base na Lei nº 11.343/2006, conhecida como Lei de Drogas, marque a alternativa que está de acordo com a referida disciplina legal.

- A) O uso de substância entorpecente é considerado crime hediondo.
- B) A lei admite a substituição da pena privativa de liberdade do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes por pena restritiva de direitos.
- C) Há previsão de causa de aumento de pena para o crime de tráfico ilícito de entorpecentes praticado com emprego de arma de fogo.
- D) O crime de tráfico ilícito de entorpecentes admite a modalidade culposa.
- E) Não há previsão de causa de diminuição de pena para o agente primário e de bons antecedentes no crime de tráfico ilícito de entorpecentes.

58. A conduta de “Fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços”, prevista pelo Artigo 66 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), é considerada:

- A) mera infração administrativa.
- B) contravenção penal punida com multa.
- C) contravenção penal punida com detenção.
- D) crime contra as relações de consumo.
- E) conduta atípica.

59. A Lei nº 4.898/65 regula a responsabilidade administrativa, civil e penal nos casos de abuso de autoridade. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- A) os crimes previstos nesta lei são de ação penal pública condicionada à representação.
- B) os crimes previstos nesta lei são comuns, podendo ser praticados por qualquer pessoa do povo.
- C) os crimes de abuso de autoridade são admitidos na modalidade dolosa e culposa.
- D) o prolongamento indevido da execução de prisão, de pena ou de medida de segurança por agente público caracteriza abuso de autoridade.
- E) não constitui crime de abuso de autoridade o atentado à inviolabilidade de domicílio.

60. A nº Lei 8.033/1975 do Estado de Goiás dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Goiás. De acordo com a referida legislação, pode-se afirmar que fica sujeito à declaração de indignidade para o oficialato, ou de incompatibilidade com o mesmo por julgamento do Tribunal de Justiça do Estado, o Oficial que, EXCETO:

- A) for condenado por tribunal civil ou militar à pena restritiva de liberdade individual superior a dois anos, em decorrência de sentença condenatória passada em julgado.
- B) for condenado por sentença passada em julgado por crimes para os quais o Código Penal Militar comina essas penas acessórias e por crimes previstos na legislação concernentes à Segurança Nacional.
- C) incidir nos casos previstos em lei específica que motivam o julgamento por Conselho de Justificação e neste for considerado culpado.
- D) tiver perdido a nacionalidade brasileira.
- E) por conveniência da Administração, não for mais necessário aos quadros da corporação.

DISCURSIVA

Utilize de 20 a 30 linhas para desenvolver a questão a seguir.

1. Conforme ensinamento de Marcellus Polastri Lima, in Manual de Processo Penal, 3ª edição, “O Estado, na preservação da harmonia e estabilidade da sociedade, opõe-se ao delito através da prevenção e da repressão. Assim, uma vez praticado o fato vedado no direito objetivo penal, inicia-se a persecução criminal com a investigação, onde será esclarecido o fato e sua autoria, e, posteriormente, surge o direito do Estado-Administração de pedir ao Estado-Juiz a aplicação da lei penal: é a ação penal.”

Discorra sobre o tema, elaborando texto dissertativo, abordando os seguintes aspectos da ação penal:

- a) As espécies de ação penal existentes no ordenamento jurídico brasileiro.
- b) Tratando-se de crime comum, o prazo para oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, na hipótese de réu solto, e na hipótese de réu preso.
- c) Tratando-se de crime comum, o prazo para encerramento do Inquérito Policial na hipótese de réu solto. E na hipótese de réu preso.
- d) O que é permitido ao particular, no caso de o Ministério Público se manter inerte na propositura da ação penal que lhe compete, com o fim de que o fato criminoso seja processado e julgado.

RAISCUNHO